



AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ART. 75, INCISO II, § 3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

DISPENSA Nº 006/2026

PROCESSO Nº 371/2026

Exclusiva para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, torna público que fará realizar dispensa de licitação com julgamento MENOR PREÇO POR ÍTEM, nos termos do Art. nº 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos abaixo, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

Data e hora limite para apresentação das propostas e documentação.	Início das Propostas: 13/04/2026 –10 h Limite p/ Recebimento de Propostas: 16/04/2026 – 10 h
Critério de Julgamento:	Menor Preço por item
Acesso ao Aviso de Dispensa:	https://portal.riodasostras.rj.leg.br/lei14133
Endereço eletrônico para envio das propostas e documentação, consulta/esclarecimentos.	Câmara Municipal de Rio das Ostras email: licita@riodasostras.rj.leg.br

1. DO OBJETO

Contratação de empresa para Fornecimento de serviços de telefonia digital (VoIP), incluindo a conversão de sinal digital para analógico para fins de interconexão com a central PABX, bem como suporte técnico especializado e garantia de funcionamento contínuo do serviço; Implementação de rede Wi-Fi 6 corporativa; Aprimoramento da capacidade de tráfego da infraestrutura de rede LAN, mediante a migração do padrão Fast Ethernet para Gigabit Ethernet, incluindo a instalação de switch gerenciável com 48 portas Gigabit Ethernet, visando aumentar o desempenho, a estabilidade e a capacidade de tráfego de dados da rede existente e Fornecimento de link dedicado simétrico de 500 Mbps (full duplex) para acesso à Internet, com garantia integral de banda, baixa latência e monitoramento proativo. O serviço deverá incluir: fornecimento de 4 (quatro) endereços IP públicos válidos, dupla abordagem (dual last-mile), redundância de links com failover automático, disponibilidade mínima mensal de 99%, e SLA de atendimento de até 4 (quatro) horas para falhas críticas, conforme condições especificações constantes no presente Termo de Referência.



2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Os serviços serão prestados, mediante ordem de serviço a ser emitida pela Chefia de Informática, na qual estarão especificados o local e o horário de cada evento, bem como as quantidades que deverão ser servidas.

2.2. A presente contratação justifica-se pela necessidade de modernização, ampliação e garantia da continuidade dos serviços de tecnologia da informação e comunicação desta Casa Legislativa, de modo a assegurar maior eficiência operacional, segurança, disponibilidade e qualidade no atendimento às demandas institucionais.

2.3. No que tange à **telefonia digital (VoIP)**, a adoção dessa tecnologia representa significativa evolução em relação aos sistemas convencionais, proporcionando redução de custos com telefonia, maior flexibilidade na gestão de ramais, possibilidade de integração com sistemas digitais e melhoria na qualidade das comunicações. A inclusão da conversão de sinal digital para analógico, para fins de interconexão com a central PABX existente, garante a compatibilidade com a infraestrutura atual, permitindo uma transição tecnológica gradual e sem interrupções nos serviços.

2.4. A **implementação de rede Wi-Fi 6 corporativa** justifica-se pela crescente demanda por conectividade sem fio de alta velocidade e baixa latência, especialmente em ambientes institucionais que necessitam suportar múltiplos dispositivos simultaneamente. Essa tecnologia proporciona maior capacidade de tráfego, melhor desempenho em ambientes com alta densidade de usuários e maior eficiência energética, atendendo às necessidades atuais e futuras da instituição.

2.5. Quanto ao **aprimoramento da infraestrutura de rede LAN**, mediante a migração do padrão Fast Ethernet para Gigabit Ethernet, trata-se de medida indispensável para suportar o aumento do volume de dados trafegados, bem como para garantir maior estabilidade, velocidade e desempenho das aplicações corporativas. A instalação de switch gerenciável com 48 portas Gigabit Ethernet permitirá maior controle, segurança e escalabilidade da rede, além de possibilitar a implementação de políticas de gerenciamento mais eficientes.

2.6. O **fornecimento de link dedicado simétrico de 500 Mbps (full duplex)** é essencial para assegurar acesso à Internet com alta performance, estabilidade e confiabilidade, características indispensáveis para o pleno funcionamento das atividades administrativas, legislativas e de comunicação institucional. A garantia integral de banda, associada à baixa latência e ao monitoramento proativo, assegura qualidade constante do serviço.

2.7. Adicionalmente, a exigência de **endereços IP públicos válidos, dupla abordagem (dual last-mile), redundância com failover automático, disponibilidade mínima mensal de 99% e SLA de atendimento de até 4 horas para falhas críticas** visa mitigar riscos de indisponibilidade, garantindo a continuidade dos serviços essenciais e maior resiliência da infraestrutura tecnológica.

2.8. Por fim, a contratação de empresa especializada se mostra a solução mais adequada, tendo em vista a complexidade técnica dos serviços envolvidos, a necessidade de suporte contínuo e a



garantia de níveis de serviço compatíveis com as exigências institucionais. Tal medida assegura a correta implementação, operação e manutenção dos serviços, contribuindo para a modernização da infraestrutura tecnológica e para o atendimento eficiente das atividades desta Casa Legislativa.

2.9. Conforme preceitua o § 1º do art. 112 do Decreto nº 3884/2024, "A elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Matriz de Riscos será facultada para as dispensas de licitação previstas nos incisos I, II, III, VII e VIII do art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, e, quando a simplicidade do objeto puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda."

2.10. Isto posto, tendo em vista tratar-se da prestação de serviços de telefonia digital (VoIP), incluindo a conversão de sinal digital para analógico para fins de interconexão com a central PABX, bem como suporte técnico especializado e garantia de funcionamento contínuo do serviço; Implementação de rede Wi-Fi 6 corporativa; Aprimoramento da capacidade de tráfego da infraestrutura de rede LAN, mediante a migração do padrão Fast Ethernet para Gigabit Ethernet, incluindo a instalação de switch gerenciável com 48 portas Gigabit Ethernet, visando aumentar o desempenho, a estabilidade e a capacidade de tráfego de dados da rede existente e Fornecimento de link dedicado simétrico de 500 Mbps (full duplex) para acesso à Internet, com garantia integral de banda, baixa latência e monitoramento proativo. O serviço deverá incluir: fornecimento de 4 (quatro) endereços IP públicos válidos, dupla abordagem (dual last-mile), redundância de links com failover automático, disponibilidade mínima mensal de 99%, e SLA de atendimento de até 4 (quatro) horas para falhas críticas, conforme condições especificações constantes no presente Termo de Referência, entendemos que a elaboração do Estudo Técnico Preliminar não traz ganho algum ao processo, sendo dispensada sua elaboração.

3. DO PREÇO

3.1. No preço cotado deverá estar incluída as despesas legais do objeto, bem ainda, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

3.2. Somente será aceito preço cotado em moeda nacional, ou seja, em Real (R\$), em algarismos arábicos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência.

4. DA VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. A partir da entrega, o fiscal de contratos, irá realizar a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.



5.2. Os serviços serão realizados na sede da Câmara Municipal de Rio das Ostras, no seguinte endereço: Avenida dos Bandeirantes, nº 2000 - Bairro Verdes Mares - Rio das Ostras/RJ, de segunda a sexta-feira, das 09h às 16h.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, dentro do prazo e local estabelecidos, conforme solicitação;
- 6.2. Substituir, sem ônus adicionais e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da comunicação formal, os itens recusados;
- 6.3. A contratada se obriga a não efetuar, em qualquer hipótese, fornecimento de modo a contrariar a forma aqui estabelecida pelo que, desde já, exime a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade pela eventual ocorrência de atendimento sem requisições ou solicitações em seu nome por elementos não credenciados;
- 6.4. A contratada obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, inclusive com as condições de habilitação e qualificação dela exigidas pela Administração Pública durante a vigência deste Termo de Referência;
- 6.5. A contratada se compromete a prestar os serviços do objeto licitado de acordo com a solicitação da Câmara Municipal de Rio das Ostras, após o recebimento da Ordem de Serviços, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis;
- 6.6. A futura contratada deverá assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;
- 6.7. Comunicar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceda a execução dos serviços, expondo os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das responsabilidades assumidas;
- 6.9. A contratada deverá responder integralmente por perdas e danos que vier a causar a contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de prepostos independente de outras comunicações legais;
- 6.10. A contratada deverá indicar e manter preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução dos serviços;
- 6.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 6.12. A contratada deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todos os assuntos de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, em particular quanto à salvaguarda de informações sigilosas, respondendo igualmente pelos atos e omissões de seus prepostos e funcionários.
- 6.13. A contratada não poderá divulgar a terceiros modelos, apresentações, documentações, códigos ou demais artefatos resultantes da execução do presente contrato sem prévia autorização da CONTRATANTE.



7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados com a emissão da Nota Fiscal, correspondente ao fornecimento dos materiais, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias do recebimento da mesma, após devidamente atestada pelo fiscal de contrato;
- 7.2. Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa fornecer os materiais;
- 7.3. Rejeitar no todo ou em parte, os materiais fornecidos em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;
- 7.4. Comunicar ao licitante vencedor quaisquer irregulares no fornecimento dos materiais;
- 7.5. Receber os materiais, verificando as condições de execução/entrega, conferindo a compatibilidade das especificações constantes na Nota Fiscal com a Nota de Empenho e atestando seu recebimento;
- 7.6. Prestar aos funcionários da contratada as informações e os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;
- 7.7. Devolver quando for o caso, com a devida justificativa, qualquer material executado/entregue fora das especificações da contratada;
- 7.8. Acompanhar e fiscalizar a execução/entrega dos materiais por representante especificamente designado pela autoridade competente;
- 7.9. Proporcionar a contratada, informações necessárias ao cumprimento de suas obrigações dentro das normas e condições estabelecidas;
- 7.10. Garantir o cumprimento de todas as exigências necessárias ao total recebimento dos materiais contratados;
- 7.11. A contratada disponibilizará serviço de atendimento para registro de acionamento de possíveis falhas identificados na execução/fornecimento dos serviços/materiais, com atendimento ao usuário, realizado pelo menos no horário (das 9h às 16h, de segunda a sexta-feira), ou quando solicitado;
- 7.12. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações deste Termo e do Contrato;
- 7.13. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 7.14. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços/fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 7.15. Fornecer ao contratado todas as informações necessárias e acesso aos sistemas pertinentes para a execução eficiente dos serviços contratados, incluindo detalhes sobre as especificações técnicas e operacionais desejadas;
- 7.16. Cumprir com os prazos e condições de pagamento estipulados no contrato, assegurando que o contratado receba a devida compensação pelos serviços prestados de acordo com os termos acordados;



7.17. Colaborar ativamente na resolução de quaisquer problemas ou desafios que possam surgir durante a execução do contrato, trabalhando em conjunto com o contratado para encontrar soluções eficazes;

7.18. Fornecer feedback regular ao contratado sobre a/o execução/fornecimento serviços/materiais, incluindo sugestões de melhorias e ajustes necessários para atender melhor às necessidades desta Casa de Leis;

7.19. Garantir que o tratamento de dados pessoais e informações sensíveis realizados no âmbito dos serviços de certificação digital esteja em conformidade com as leis de proteção de dados aplicáveis, providenciando as autorizações necessárias e adotando medidas de segurança apropriadas.

8. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

8.1 LEI FEDERAL Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

8.2 Dispensa em função do valor: as contratações em função do valor quase sempre são demandas de pequena monta que não necessitam de estudo minucioso da solução desejada.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração Pública, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

9.2 O representante da contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

9.3 A fiscalização de que trata o item 9.1 não inclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

10. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista na Lei 14.133/2021.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O Pagamento será feito à contratada no prazo de 10 (dez) dias, contados da finalização da liquidação da despesa, após a realização dos serviços, mediante fatura/nota fiscal devidamente atestada pela unidade requisitante, e liberação pelo CONTROLE INTERNO.



12. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO E SUPORTE E DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

12.1. Suporte Técnico

- * Atendimento disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;
- * Canais de atendimento: telefone, e-mail e sistema online (ticket), todos com protocolo registrado;
- * Relatórios mensais de disponibilidade (SLA) e desempenho, entregues até o 5º dia útil do mês subsequente, quando solicitado.

12.2. Link Dedicado

- * Prazo de resposta para chamados críticos: até 2 (duas) horas após a abertura do chamado;
- * Prazo máximo para solução definitiva: até 6 (seis) horas para falhas críticas;
- * SLA mínimo de disponibilidade: 98% (noventa e oito por cento) mensal;
- * Penalidade por descumprimento do SLA: desconto automático proporcional na fatura, referente ao período de indisponibilidade.

12.3. Manutenção Corretiva e Preventiva

- * Correção imediata de falhas, com substituição de equipamentos fornecidos em comodato sem ônus adicional;
- * Adoção de medidas preventivas e monitoramento remoto contínuo para reduzir riscos de indisponibilidade;
- * Todas as manutenções devem ser registradas e documentadas para emissão de relatórios e envio à fiscalização do contrato, quando solicitado.

13. DA GARANTIA E SERVIÇOS

13.1.A empresa contratada deverá assegurar a plena continuidade, estabilidade e qualidade dos serviços de internet fornecidos, observando os seguintes requisitos mínimos de garantia.

13.2 Garantia de Disponibilidade:

- * O serviço de link dedicado deverá apresentar disponibilidade mínima de 98% (noventa e oito por cento), em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana).
- * As indisponibilidades deverão ser registradas em relatórios mensais de SLA apresentados pela contratada, quando solicitado.

13.3 Atendimento Técnico e Suporte:

- * Atendimento técnico remoto e presencial disponível 24h por dia, 7 dias por semana.
- * Prazo de resposta para chamados críticos: até 2 (duas) horas a contar da abertura do chamado.
- * Prazo máximo para solução definitiva de falhas críticas: até 6 (seis) horas.

13.4 Manutenção Corretiva e Preventiva:

- * Correção imediata de falhas, com substituição de equipamentos eventualmente fornecidos em Comodato.
- * Adoção de medidas preventivas e monitoramento remoto contínuo para reduzir riscos de



Indisponibilidade.

13.5 Garantia de Conformidade Técnica:

- * Todos os serviços deverão estar em conformidade com os padrões técnicos exigidos pela ANATEL e normas vigentes de telecomunicações e segurança da informação.
- * A contratada será responsável por manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas.

13.6 Responsabilidade da Contratada:

- * A contratada será integralmente responsável pela reparação de falhas ou interrupções decorrentes da má prestação dos serviços, respondendo civil, administrativa e penalmente por eventuais danos à Administração ou a terceiros.
- * A contratada deverá fornecer todos os materiais necessários à instalação, manutenção ou qualquer reparação que necessite para o pleno funcionamento.
- * A contratada deverá garantir a plena continuidade, estabilidade e qualidade dos serviços.

13.7. Garantia de Disponibilidade:

Link dedicado: 98% mínimo;

- * Relatórios mensais de SLA obrigatórios, quando solicitado.

13.8. Atendimento e Suporte:

- * Disponível 24x7;

Resposta: 2h (dedicado);

Solução: 6h (dedicado).

13.9. Conformidade Técnica:

Os serviços devem atender às normas da ANATEL e legislação vigente.

14. PRAZO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

14.1 O presente EDITAL ficará ABERTO POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data de publicação do AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.

14.2 Os documentos de habilitação serão solicitados apenas da proposta vencedora.

14.3 Tanto a proposta de preço quanto a documentação de habilitação devem ser entregues no setor de licitações, fazendo referência à DISPENSA N° 006/2026.

15. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

15.1 Poderão participar do processo os interessados estabelecidos no País, que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto pretendido, estejam enquadradas como ME/EPP/MEI e possuam sede local ou regional.



15.2 Não poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados:

- a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.
- b) Que não atendam às condições deste Edital e Termo de Referência;
- c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº746/2014 - TCU Plenário);
- f) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21.
- g) Pessoa física.

16. PROPOSTA DE PREÇOS

16.1 A interessada deverá apresentar proposta contendo, ao menos, os seguintes quesitos:

- Descrição detalhada do produto ofertado;
- Marca e modelo do bem ofertado;
- Preço unitário e total do bem ofertado.

16.2 Os preços ofertados não poderão exceder o valor estimado constantes neste Edital. A proposta com valor acima do estimado será desclassificada.

16.3 Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pelo Agente de Contratações Pública.

16.4 Ao apresentar a proposta de preços, o INTERESSADO declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta CHAMADA PÚBLICA, quer direta ou indiretamente.

16.5 A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irrevogável, por parte do INTERESSADO, das exigências e condições estabelecidas neste Edital.

17. HABILITAÇÃO

17.1 A licitante interessada deverá apresentar os seguintes documentos para habilitação, em conformidade com o art. 68 da Lei 14.133/2021:

Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista (se necessário) serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);



II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho, quando se tratar de serviços;

VI - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

V - Declaração da inexistência de fato impeditivo para contratar com a Administração Pública.

§ 1º Os documentos referidos nos incisos do caput deste artigo poderão ser substituídos ou suprimidos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 A EMPRESA não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação nesta Dispensa de Licitação.

18.2 Poderá a Câmara Municipal de Rio das Ostras revogar o presente Edital, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado, ou anular, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de ofício ou por provocação.

18.3 A revogação/anulação do procedimento oriundo deste Edital, não gera direito a indenização.

18.4 Esta dispensa é para participação exclusiva de MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, inclusive MEI. Serão observados, em preferência, os benefícios concedidos às microempresas e empresas de pequeno porte nos termos da Lei Complementar 123/2006.

18.5 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA;

ANEXO II A – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA – (PREÇO MÉDIO);

ANEXO III - DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES;

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA FINS DO DIREITO; e

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO.

Rio das Ostras/RJ, 13 de abril de 2026.

ALEXANDRE LUZ LIMA

matrícula nº 094

Agente de Contratação



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

Inicialmente cumpre informar que conforme preceitua o § 1º do art. 112 do Decreto nº 3884/2024, "A elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Matriz de Riscos será facultada para as dispensas de licitação previstas nos incisos I, II, III, VII e VIII do art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, e, quando a simplicidade do objeto puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda.

Isto posto, tendo em vista tratar-se de objeto comum, de demanda frequente e de baixo valor, entendemos que a elaboração do Estudo Técnico Preliminar não traz ganho algum ao processo, sendo dispensada sua elaboração.

1. DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

Contratação de empresa para Fornecimento de serviços de telefonia digital (VoIP), incluindo a conversão de sinal digital para analógico para fins de interconexão com a central PABX, bem como suporte técnico especializado e garantia de funcionamento contínuo do serviço; Implementação de rede Wi-Fi 6 corporativa; Aprimoramento da capacidade de tráfego da infraestrutura de rede LAN, mediante a migração do padrão Fast Ethernet para Gigabit Ethernet, incluindo a instalação de switch gerenciável com 48 portas Gigabit Ethernet, visando aumentar o desempenho, a estabilidade e a capacidade de tráfego de dados da rede existente e Fornecimento de link dedicado simétrico de 500 Mbps (full duplex) para acesso à Internet, com garantia integral de banda, baixa latência e monitoramento proativo. O serviço deverá incluir: fornecimento de 4 (quatro) endereços IP públicos válidos, dupla abordagem (dual last-mile), redundância de links com failover automático, disponibilidade mínima mensal de 99%, e SLA de atendimento de até 4 (quatro) horas para falhas críticas, conforme condições especificações constantes no presente Termo de Referência.

Objetivo do Projeto

Implementar uma malha de rede Wi-Fi MESH e aprimorar a capacidade da rede local para gigabit (10/100/1000 mbps) garantindo conectividade estável de alta performance para os usuários da Câmara Municipal de Rio das Ostras e maior velocidade do acesso à internet, serviços digitais e dos sistemas administrativos de gestão pública em dispositivos móveis e fixos.

Escopo do Projeto

Implementação de 8 pontos de acesso Wi-Fi 6 corporativos, posicionados em locais estratégicos, de forma a garantir conectividade nos corredores, salas, gabinetes e no plenário. Cada ponto de acesso será conectado por meio de um backhaul individual em cabo UTP Cat-6e, com capacidade Gigabit e energia centralizada a partir de um switch Gigabit e um painel Gigabit PoE com 12 portas e fonte no-break 48V 10a para a alimentação de energia dos 8 dispositivos wifi 6. O aumento de capacidade de



tráfego da atual infraestrutura de rede LAN de fast ethernet para Gigabit ethernet do local será resultado da instalação do Switch Gigabit Ethernet de 48 portas.

Infraestrutura de rede e organização de cabeamento

A instalação do switch Gigabit e painel PoE será realizada no rack já existente no local. Como o imóvel não possui tubulação adequada para a instalação dos cabos que vão alimentar os novos pontos de acesso Wi-Fi 6, para garantir um bom resultado estético serão instaladas eletrocalhas para o lançamento dos cabos entre o switch e os dispositivos wifi.

Especificações Técnicas e Materiais

Cabeamento para a instalação dos Access Points Wi-Fi 6 e aumento de capacidade da rede ethernet

- Switch Gigabit com 48 portas ethernet
- Capacidade máxima: 1Gbps por porta.
- Uplink SFP+ 10 Gbps ou 1 Gbps
- Eletrocalha com bom acabamento estético e proteção contra impactos e raios UV.
- Fácil manutenção e com escalabilidade para expansão de cabos

Descrição de Materiais	QTDE.
Cabo UTP CAT-6e (Instalado)	400 (m)
Conector RJ45 (instalado)	50 (un)
Switch 48 portas Gigabit (instalado e configurado)	1 (un)
Canaleta PVC Cinza 30mm X 30mm X 2000mm HD2P (instalada)	75 (un)
Parafuso com bucha 6mm (pacote c/ 250un) (Instalado)	2 (un)

Gestão de Energia Centralizada

Alimentação dos Access Points com energia centralizada

Patch-Panel

- Transmissão: 10/100/1000Mbps (IEEE 802.3.AT e IEEE 802.3.AF).
- Alimentação de entrada: 12V; 24V ou 48V.
- Corrente por porta LAN: 1,5A.



- Portas LAN/POE: 12
- Proteção: Fusível (com reserva)

Fonte Nobreak 48v 200w

- 48v/4A - 200 VA
- Entrada bivolt
- Proteção: Fusível (com reserva)

Bateria estacionária 12v/7A

- Alimentação: 12V Capacidade: 9Ah (Ampere-hora)
- Terminais: Tipo Fast On (Engate rápido)
- Tipo 1
- Modelo F187
- Tecnologia: Bateria de Chumbo Ácido Selada e Regulada por Válvula (VRLA)

Descrição de Materiais	QTDE.
Fonte Nobreak 48v/4a 200w Volt	1
Régua Poe++ Gigabit 12 Portas	1
Bateria 12v/9A	4

Wi-Fi 6 Corporativo

- Padrão: Wi-Fi 6 - Ax1800 e Wi-Fi 6 - Ax3000.
- Antenas: 2.4Ghz (3dbi) e 5Ghz (5.4dbi)
- Potência de transmissão: 23dbm nas bandas 2.4Ghz e 5Ghz.
- Clientes simultâneos: +64 clientes por ponto de acesso.
- Área de cobertura: 60m² por unidade de Access Point
- Tecnologia MESH com protocolos: 802.11(V), 802.11(R) e 802.11(K)
- Gerenciamento por gateway local
- Segmentação de rede para visitantes (administrativo, visitantes, parlamentares).

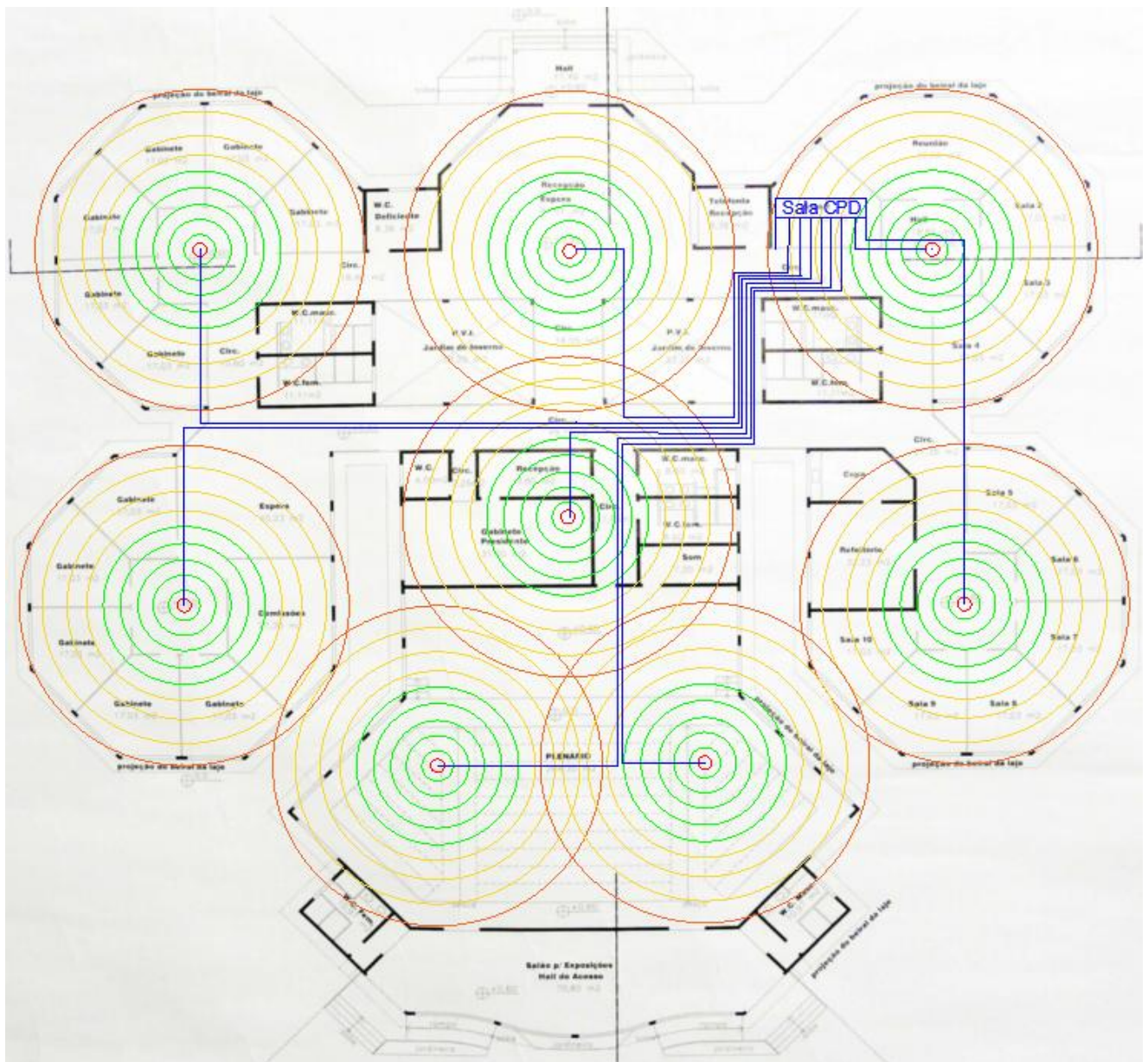
Descrição de Materiais	QTDE.
Access Point POE+ - Wi-Fi 6 - Ax3000 (Instalado e configurado)	2
Access Point POE+ - Wi-Fi 6 - Ax1800 (Instalado e configurado)	6

Parâmetros de Qualidade e Desempenho

- 1 Gbps em cada ponto de rede a cabo
- Pontos Wi-Fi podem entregar até 1Gbps de velocidade a dispositivos com hardware compatível
- Latência interna < 5ms.

Projeto de cobertura Wi-Fi

Abaixo a figura ilustrativa do projeto com a distribuição de cabos e pontos de acesso para atendimento a todos os setores e salas do imóvel.





Link Dedicado à Internet

Fornecimento de link dedicado de 400 Mbps (full duplex) com Dupla abordagem em fibra óptica de última milha, comutação automática (failover) em caso de falha de um dos circuitos, redundância de caminhos para a internet, 4 IPs válidos públicos, disponibilidade mínima mensal de **99,5%** e SLA de atendimento de até **4 horas** para falhas críticas.

Descrição do Serviço	QTDE.
Link Dedicado simétrico de 500mbps	1

Serviço de Telefonia SIP

Disponibilização de 1 (um) número telefônico SIP em regime de aluguel com conversão digital para analógico para interconexão para PABX interno, chamadas nacionais ilimitadas, Chamadas internacionais com bilhetagem detalhada, suporte técnico remoto e monitoramento do serviço.

Descrição do Serviço	QTDE.
Linha telefônica IP (SIP) com conversão digital para analógico para interconexão para PABX interno	1

2. REQUISITOS DE MANUTENÇÃO E SUPORTE DA GARANTIA DOS SERVIÇOS:

2.1. Suporte Técnico

- * Atendimento disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;
- * Canais de atendimento: telefone, e-mail e sistema online (ticket), todos com protocolo registrado;
- * Relatórios mensais de disponibilidade (SLA) e desempenho, entregues até o 5º dia útil do mês subsequente, quando solicitado.

2.2. Link Dedicado

- * Prazo de resposta para chamados críticos: até 2 (duas) horas após a abertura do chamado;
- * Prazo máximo para solução definitiva: até 6 (seis) horas para falhas críticas;
- * SLA mínimo de disponibilidade: 98% (noventa e oito por cento) mensal;
- * Penalidade por descumprimento do SLA: desconto automático proporcional na fatura, referente ao período de indisponibilidade.

2.3. Manutenção Corretiva e Preventiva

- * Correção imediata de falhas, com substituição de equipamentos fornecidos em comodato sem ônus adicional;



- * Adoção de medidas preventivas e monitoramento remoto contínuo para reduzir riscos de indisponibilidade;
- * Todas as manutenções devem ser registradas e documentadas para emissão de relatórios e envio à fiscalização do contrato, quando solicitado.

3. DA GARANTIA E SERVIÇOS:

3.1.A empresa contratada deverá assegurar a plena continuidade, estabilidade e qualidade dos serviços de internet fornecidos, observando os seguintes requisitos mínimos de garantia.

3.2 Garantia de Disponibilidade:

- * O serviço de link dedicado deverá apresentar disponibilidade mínima de 98% (noventa e oito por cento), em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana).
- * As indisponibilidades deverão ser registradas em relatórios mensais de SLA apresentados pela contratada, quando solicitado.

3.3 Atendimento Técnico e Suporte:

- * Atendimento técnico remoto e presencial disponível 24h por dia, 7 dias por semana.
- * Prazo de resposta para chamados críticos: até 2 (duas) horas a contar da abertura do chamado.
- * Prazo máximo para solução definitiva de falhas críticas: até 6 (seis) horas.

3.4 Manutenção Corretiva e Preventiva:

- * Correção imediata de falhas, com substituição de equipamentos eventualmente fornecidos em Comodato.
- * Adoção de medidas preventivas e monitoramento remoto contínuo para reduzir riscos de Indisponibilidade.

3.5 Garantia de Conformidade Técnica:

- * Todos os serviços deverão estar em conformidade com os padrões técnicos exigidos pela ANATEL e normas vigentes de telecomunicações e segurança da informação.
- * A contratada será responsável por manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas.

3.6 Responsabilidade da Contratada:

- * A contratada será integralmente responsável pela reparação de falhas ou interrupções decorrentes da má prestação dos serviços, respondendo civil, administrativa e penalmente por eventuais danos à Administração ou a terceiros.
- * A contratada deverá fornecer todos os materiais necessários à instalação, manutenção ou qualquer reparação que necessite para o pleno funcionamento.
- * A contratada deverá garantir a plena continuidade, estabilidade e qualidade dos serviços.

3.7. Garantia de Disponibilidade:

Link dedicado: 98% mínimo;

- * Relatórios mensais de SLA obrigatórios, quando solicitado.



3.8. Atendimento e Suporte:

* Disponível 24x7;

Resposta: 2h (dedicado);

Solução: 6h (dedicado).

3.9. Conformidade Técnica:

Os serviços devem atender às normas da ANATEL e legislação vigente.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

4.1. O serviço deverá ser entregue pela empresa contratada, a pedido da Câmara Municipal de Rio das Ostras, mediante ordem de serviço.

4.2. A ordem de serviço será emitida pela Chefia de Informática da Câmara Municipal de Rio das Ostras, órgão que fiscalizará a execução dos serviços pela empresa contratada;

5. ENTREGA DO SERVIÇOS:

5.1. O serviço solicitado deverá ser prestado nas dependências da Câmara Municipal de Rio das Ostras, ou em outro local indicado, sem qualquer custo para esta em relação a produção, transporte e distribuição.

5.2. Condições gerais:

a) A ordem de execução para prestação dos aludidos serviços será emitida logo após assinatura do contrato devendo a empresa contratada realizar a implantação do projeto em até 5 dias.

b) O local para execução dos serviços será Avenida dos Bandeirantes, 2000 – Verdes Mares - Rio das Ostras - RJ – CEP: 28897- 080 - Câmara Municipal de Rio das Ostras;

5.3. O não cumprimento das obrigações, inclusive com relação ao prazo de entrega, ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1. A empresa deverá arcar com todas as despesas para cumprimento da execução do objeto descrito neste Termo de Referência;

6.2. A Empresa assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidente de trabalho e quaisquer outras relativas;

Não efetuar subcontratação sem autorização prévia e expressa da Contratante.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.1. Designar um servidor especialmente para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais e realização dos serviços;

7.2. Proporcionar todas as condições para que a Empresa possa desempenhar suas obrigações de acordo com as determinações deste Termo de Referência;



7.3. Conferir, vistoriar e aprovar os itens fornecidos pela Empresa;

7.4. Notificar o prestador de serviços, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos materiais entregues para que sejam substituídos

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

Os serviços serão mensurados e requisitados pela Câmara Municipal de Rio das Ostras, e serão pagos por pessoa, tratando-se de empreitada por preço global.

Será indicada a retenção no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.1.1.1. Não produziu os resultados acordados,

8.1.1.2. Deixar de fornecer, ou não fornecer com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a entrega do material, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Os pagamentos serão efetuados pela Câmara Municipal de Rio das Ostras, em moeda corrente nacional, em até 30 dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e comprovação de regularidade fiscal junto ao INSS e ao FGTS.

A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no artigo 137 inciso IV da Lei Federal 14.133/21 e alterações posteriores.

Do recebimento

8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até (sete) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, II, a, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da entrega do material a que se referem a parcela a ser paga.

8.4. O fiscal técnico do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.



8.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade do material entregue realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o material em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a nota dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

8.7.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.7.4. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.9. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;



- 8.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos materiais entregues, com base nos relatórios e documentações apresentadas.
- 8.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 8.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 8.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas no fornecimento do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 8.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e entrega dos materiais nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 8.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 8.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.15.1. O prazo de validade;
- 8.15.2. A data da emissão;
- 8.15.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.15.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 8.15.5. O valor a pagar; e
- 8.15.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;



8.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Termo; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.22. O contratado regularmente optante pelo **Simples Nacional**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará **condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial**, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. Este documento deverá ser enviado com **assinatura e data atualizadas** junto a **cada nota fiscal apresentada**.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO:

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO, através da DISPENSA DE LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

Regime de execução

9.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço global.



Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda *municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes municipal.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o licitante ou contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao licitante ou contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida.

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 9.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para os demais casos do subitem 9.1, de 10.% a 20% do valor do Contrato.

10.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.4. Todas as sanções poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

Rio das Ostras, 25 de março de 2026.

Alexander de Moura Rei
Chefe de Informática – matrícula nº 040



ANEXO II – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

ESTRUTURA DE REDE

1. Cabeamento para a instalação dos Access Points Wi-Fi 6 e aumento de capacidade da rede ethernet

Catmat	Descrição de Materiais	QTDE.	Preço UN (R\$)	Total (R\$)
458661	Cabo UTP CAT-6e (Instalado)	400 (m)		
428488	Conector RJ45 (instalado)	50 (un)		
609690	Switch 48 portas Gigabit (instalado e configurado)	1 (un)		
471771	Canaleta 30mm X 30mm X 2000mm (instalada)	75 (un)		
467298	Parafuso e bucha 6mm (pct c/ 250un) (Instalado)	2 (un)		
Valor Total				

2. Gestão de Energia Centralizada

Catmat	Descrição de Materiais	QTDE.	Preço UN (R\$)	Total(R\$)
473182	Fonte Nobreak 48v/4a 200w Volt	1		
484745	Régua Poe++ Gigabit 12 Portas	1		
411291	Bateria 12v/9A	4		
Valor Total				

3. Wi-Fi 6 Corporativo

Catmat	Descrição de Materiais	QTDE.	Preço UN (R\$)	Total (R\$)
426731	Access Point POE+ - Wi-Fi 6 - Ax3000 (Instalado e configurado)	2		
426731	Access Point POE+ - Wi-Fi 6 - Ax1800 (Instalado e configurado)	6		
Valor Total				

- CABEAMENTO PARA INSTALAÇÃO: (VALOR TABELA 01)	
- GESTÃO DE ENERGIA CENTRALIZADA: (VALOR TABELA 02)	
- Wi-Fi 6 Corporativo: (VALOR TABELA 03)	
VALOR TOTAL (R\$)	



4. Link Dedicado a Internet

Fornecimento de link dedicado de 400 Mbps (full duplex) com Dupla abordagem em fibra óptica de última milha, comutação automática (failover) em caso de falha de um dos circuitos, redundância de caminhos para a internet, 4 IPs válidos públicos, disponibilidade mínima mensal de **99,5%** e SLA de atendimento de até **4 horas** para falhas críticas.

Catser	Descrição do Serviço	QTDE.	Preço mensal (R\$)	Preço p/ 12 meses (R\$)
26484	Link Dedicado simétrico de 500mbps	1		

5. Serviço de Telefonia SIP

Disponibilização de 1 (um) número telefônico SIP em regime de aluguel com conversão digital para analógico para interconexão para PABX interno, chamadas nacionais ilimitadas, Chamadas internacionais com bilhetagem detalhada, suporte técnico remoto e monitoramento do serviço.

Catser	Descrição do Serviço	QTDE	Preço mensal (R\$)	Preço p 12 meses (R\$)
18627	Linha telefônica IP (SIP) com conversão digital para analógico para interconexão para PABX interno	1		

VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS: ESTRUTURA DE REDE + LINK DEDICADO + TELEFONIA (R\$)		
EMPRESA:		TEL.:
CNPJ:		
ENDEREÇO:	BAIRRO:	
CIDADE:	CEP:	
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:		DATA:
Espaço reservado a Empresa (carimbo e assinatura)		
Câmara Municipal de Rio das Ostras		



Manteremos válida a proposta pelo prazo de 90 (noventa) dias corridos, contados da data da sua apresentação.

Na execução dos serviços/fornecimento observaremos, rigorosamente, as especificações das Normas Técnicas Brasileiras, ou similares, que permitam a obtenção de igual qualidade, bem como as recomendações e instruções da FISCALIZAÇÃO, assumindo a integral responsabilidade pela perfeita realização/fornecimento dos trabalhos/materiais, em conformidade com as Especificações técnicas, Normas e Padrões.

No valor estão inclusas todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, leis sociais, ferramentas, seguro, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários para execução completa dos serviços/fornecimento discriminados nos projetos e na descrição dos serviços/materiais relacionados nos anexos do edital.

Local e data.

Responsável (eis) pela Empresa



ANEXO II A – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (PREÇO MÉDIO)

ESTRUTURA DE REDE

1. Cabeamento para a instalação dos Access Points Wi-Fi 6 e aumento de capacidade da rede ethernet

Catmat	Descrição de Materiais	QTDE.	Preço UN (R\$)	Total (R\$)
458661	Cabo UTP CAT-6e (Instalado)	400 (m)	9,23	3.692,00
428488	Conector RJ45 (instalado)	50 (un)	3,67	183,50
609690	Switch 48 portas Gigabit (instalado e configurado)	1 (un)	3.666,67	3.666,67
471771	Canaleta 30mm X 30mm X 2000mm (instalada)	75 (un)	45,00	3.375,00
467298	Parafuso e bucha 6mm (pct c/ 250un) (Instalado)	2 (un)	250,00	500,00
Valor Total				11.417,17

2. Gestão de Energia Centralizada

Catmat	Descrição de Materiais	QTDE.	Preço UN (R\$)	Total(R\$)
473182	Fonte Nobreak 48v/4a 200w Volt	1	1.383,33	1.383,33
484745	Régua Poe++ Gigabit 12 Portas	1	1.150,00	1.150,00
411291	Bateria 12v/9A	4	233,33	933,32
Valor Total				3.466,65

3. Wi-Fi 6 Corporativo

Catmat	Descrição de Materiais	QTDE.	Preço UN (R\$)	Total (R\$)
426731	Access Point POE+ - Wi-Fi 6 - Ax3000 (Instalado e configurado)	2	1.393,33	2.786,66
426731	Access Point POE+ - Wi-Fi 6 - Ax1800 (Instalado e configurado)	6	923,33	5.539,98
Valor Total				8.326,64

- CABEAMENTO PARA INSTALAÇÃO: (VALOR TABELA 01)	11.418,33
- GESTÃO DE ENERGIA CENTRALIZADA: (VALOR TABELA 02)	3.466,67
- Wi-Fi 6 Corporativo: (VALOR TABELA 03)	8.326,67
VALOR TOTAL (R\$)	23.211,67



4. Link Dedicado a Internet

Fornecimento de link dedicado de 400 Mbps (full duplex) com Dupla abordagem em fibra óptica de última milha, comutação automática (failover) em caso de falha de um dos circuitos, redundância de caminhos para a internet, 4 IPs válidos públicos, disponibilidade mínima mensal de **99,5%** e SLA de atendimento de até **4 horas** para falhas críticas.

Catser	Descrição do Serviço	QTDE.	Preço mensal (R\$)	Preço p/ 12 meses (R\$)
26484	Link Dedicado simétrico de 500mbps	1	2.150,00	25.800,00

5. Serviço de Telefonia SIP

Disponibilização de 1 (um) número telefônico SIP em regime de aluguel com conversão digital para analógico para interconexão para PABX interno, chamadas nacionais ilimitadas, Chamadas internacionais com bilhetagem detalhada, suporte técnico remoto e monitoramento do serviço.

Catser	Descrição do Serviço	QTDE	Preço mensal (R\$)	Preço p 12 meses (R\$)
18627	Linha telefônica IP (SIP) com conversão digital para analógico para interconexão para PABX interno	1	296,67	3.560,04

Obs.: A metodologia adotada para a pesquisa de preços fundamentou-se na análise de valores praticados pelo mercado por empresas sediadas na região, culminando na apuração do valor médio, conforme demonstrado na tabela supra.



ANEXO III – DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Nome/Razão Social	
CPF/CNPJ	
Endereço Celular	
Nome do/a Representante Legal	
CPF do/a representante	
E-mail	

DECLARA, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes do Edital acima referido, que não existem fatos impeditivos para sua participação e que não foi declarada inidônea por órgão da Administração Pública.

DECLARA, para os devidos fins e a quem possa interessar, que na perda das condições de habilitação, na superveniência de fatos impeditivos de contratar com o poder público e na perda da capacidade técnica estabelecida no instrumento convocatório, contrato e legislação, compromete-se em comunicar imediatamente a Câmara Municipal de Rio das Ostras, sob as penas da Lei.

DECLARA, para todos os fins de direito e sob as penas da lei que não há em seus quadros de empregados e em seu corpo societário/acionário, e que não emprega servidores da Câmara Municipal de Rio das Ostras.

DECLARA que não foi declarada inidônea para licitar com a Administração Pública, bem como se obriga a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

Local e data.

Assinatura



ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA FINS DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E DA PRERROGATIVA DE QUE TRATA A LC 123/2006

Nome/Razão Social	
CPF/CNPJ	
Endereço Celular	
Nome do/a Representante Legal	
CPF do/a representante	
E-mail	

A empresa se enquadra na categoria de:

- MICROEMPRESA–ME
 EMPRESA DE PEQUENO PORTE– EPP
 MEI–MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

DECLARAMOS, sob as penas da Lei, que na forma prevista no art. 3º da Lei Complementar 123/2006, a empresa não está incurso nos impedimentos tratados no seu § 4º, podendo, assim, usufruir da prerrogativa do direito de preferência de que tratam os arts. 42 a 45 da citada Lei Complementar.

Local e data.

Assinatura

Obs.: esta declaração pode ser substituída pela Certidão Simplificada da Junta Comercial, sendo aceita aquela emitida nos últimos 90 dias anteriores à data prevista para abertura do certame.



ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2026

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS – CMRO
(Processo Administrativo nº XXX/2026)

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS – CMRO E EMPRESA XXXXXXXXX.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS**, com sede na Avenida dos Bandeirantes, nº 2000, Verdes Mares, Rio das Ostras – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 39.223.706/0001-58, neste ato representada pelo Exmº. Sr. Presidente XXXXXXXXXXXX, documento de identidade nº XXXXXX, CPF Nº XXXXXXXXXXXX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e XXXXXXXXXXXX (nome do contratado) inscrito(a) no CNPJ OU CPF sob o nº XXXXXXXXXXXX, sediado/residente XXXXXXXXXXXX, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado por XXXXXXXXXXXX (nome e função do contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXX/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.0. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de telefonia digital (VoIP), incluindo a conversão de sinal digital para analógico para fins de interconexão com a central PABX, bem como suporte técnico especializado e garantia de funcionamento contínuo do serviço; Implementação de rede Wi-Fi 6 corporativa; Aprimoramento da capacidade de tráfego da infraestrutura de rede LAN, mediante a migração do padrão Fast Ethernet para Gigabit Ethernet, incluindo a instalação de switch gerenciável com 48 portas Gigabit Ethernet, visando aumentar o desempenho, a estabilidade e a capacidade de tráfego de dados da rede existente e Fornecimento de link dedicado simétrico de 500 Mbps (full duplex) para acesso à Internet, com garantia integral de banda, baixa latência e monitoramento proativo. O serviço deverá incluir: fornecimento de 4 (quatro) endereços IP públicos válidos, dupla abordagem (dual last-mile), redundância de links com failover automático, disponibilidade mínima mensal de 99%, e SLA de atendimento de até 4 (quatro) horas para falhas críticas, conforme condições especificações constantes no Termo de Referência, conforme tabela abaixo:

1.1 ESTRUTURA DE REDE



1.1.1 Cabeamento para a instalação dos Access Points Wi-Fi 6 e aumento de capacidade da rede ethernet

Catmat	Descrição de Materiais	QTDE.	Preço UN (R\$)	Total (R\$)
458661	Cabo UTP CAT-6e (Instalado)	400 (m)		
428488	Conector RJ45 (instalado)	50 (un)		
609690	Switch 48 portas Gigabit (instalado e configurado)	1 (un)		
471771	Canaleta 30mm X 30mm X 2000mm (instalada)	75 (un)		
467298	Parafuso e bucha 6mm (pct c/ 250un) (Instalado)	2 (un)		
Valor Total				

1.1.2 Gestão de Energia Centralizada

Catmat	Descrição de Materiais	QTDE.	Preço UN (R\$)	Total(R\$)
473182	Fonte Nobreak 48v/4a 200w Volt	1		
484745	Régua Poe++ Gigabit 12 Portas	1		
411291	Bateria 12v/9A	4		
Valor Total				

1.1.3 Wi-Fi 6 Corporativo

Catmat	Descrição de Materiais	QTDE.	Preço UN (R\$)	Total (R\$)
426731	Access Point POE+ - Wi-Fi 6 - Ax3000 (Instalado e configurado)	2		
426731	Access Point POE+ - Wi-Fi 6 - Ax1800 (Instalado e configurado)	6		
Valor Total				

- CABEAMENTO PARA INSTALAÇÃO: (VALOR TABELA 01)	
- GESTÃO DE ENERGIA CENTRALIZADA: (VALOR TABELA 02)	
- Wi-Fi 6 Corporativo: (VALOR TABELA 03)	
VALOR TOTAL (R\$)	

1.1.4 Link Dedicado a Internet



Fornecimento de link dedicado de 400 Mbps (full duplex) com Dupla abordagem em fibra óptica de última milha, comutação automática (failover) em caso de falha de um dos circuitos, redundância de caminhos para a internet, 4 IPs válidos públicos, disponibilidade mínima mensal de **99,5%** e SLA de atendimento de até **4 horas** para falhas críticas.

Catser	Descrição do Serviço	QTDE.	Preço mensal (R\$)	Preço p/ 12 meses (R\$)
26484	Link Dedicado simétrico de 500mbps	1		

1.1.5 Serviço de Telefonia SIP

Disponibilização de 1 (um) número telefônico SIP em regime de aluguel com conversão digital para analógico para interconexão para PABX interno, chamadas nacionais ilimitadas, Chamadas internacionais com bilhetagem detalhada, suporte técnico remoto e monitoramento do serviço.

Catser	Descrição do Serviço	QTDE	Preço mensal (R\$)	Preço p 12 meses (R\$)
18627	Linha telefônica IP (SIP) com conversão digital para analógico para interconexão para PABX interno	1		

1.1. Este Termo de Contrato vincula-se ao Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos, identificado no preâmbulo e a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:

2.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Aviso de Dispensa e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA:

3.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ___/___/___ e encerramento em ___/___/___, prorrogável na forma do art. 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO:

4.1. O valor total da contratação é de R\$ XX.XXX,XX, (XXXXXXXXXXXXXXXXXX).



4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

4.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

4.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

4.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO:

5.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Aviso de Dispensa nº/2026.

5.2 O pagamento pelos serviços objeto deste contrato será realizado em duas etapas distintas, conforme a natureza das obrigações executadas, observadas as condições estabelecidas neste instrumento e na legislação vigente.

5.3 A primeira etapa corresponderá ao pagamento pela **implantação da infraestrutura de rede de internet**, compreendendo a instalação, configuração e plena operacionalização da solução contratada.



5.3.1 O pagamento desta etapa será efetuado em parcela única, após a conclusão integral dos serviços de implantação, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, comprovando que a solução se encontra em perfeito funcionamento e em conformidade com as especificações contratuais.

5.4 A segunda etapa corresponderá aos pagamentos mensais relativos à prestação continuada dos serviços de **link dedicado de internet e telefonia digital (VoIP)**.

5.4.1 Os pagamentos serão realizados mensalmente, mediante apresentação de nota fiscal/fatura, após a efetiva prestação dos serviços no período de referência, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

5.4.2 O pagamento ficará condicionado à comprovação da regularidade na prestação dos serviços, bem como ao cumprimento integral das obrigações contratuais por parte da contratada.

5.5 Em ambas as etapas, os pagamentos serão efetuados no prazo de até 10 (dez) dias, contados da finalização da liquidação da despesa.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE :

6.1 São obrigações da Contratante:

6.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e termo de referência;

6.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

6.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver



controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.7 Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

6.8 Aplicar a Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;

6.9 Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

6.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

7.2 Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

7.2.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela Câmara, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

7.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.5 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do



contrato, até o dia trinta do mês seguinte os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

7.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

7.7 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que impeça o cumprimento das obrigações.

7.8 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante.

7.9 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação.

7.11 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

7.12 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

CLÁUSULA OITAVA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- i) der causa à inexecução parcial do contrato;



j) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

k) der causa à inexecução total do contrato;

l) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

m) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

n) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

o) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

p) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

v) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

vi) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

vii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

viii) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida.

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 9.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para os demais casos do subitem 9.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



8.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

8.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.6 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.7 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

8.8 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de



administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.9 A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

8.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

8.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

9.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto ou após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias.

9.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

9.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.



9.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

9.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

9.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

9.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

9.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

9.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

9.5.3 Indenizações e multas.

9.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

9.7 O contrato poderá ser extinto:

9.7.1 caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.7.2 caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).



CLÁUSULA DÉCIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1 As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da Câmara Municipal de Rio das Ostras - CMRO, mediante o Programa de Trabalho, Elementos da Despesa e do Orçamento, especificado:

PROGRAMA DE TRABALHO: XXXXXXXX

ELEMENTO DE DESPESA: XXXXXXXX

NOTA DE EMPENHO Nº XXXXXXXX

EMITIDA EM XXXXXXXX

VALOR: R\$ XXXXXXXX (XXXXXXX)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (CASOS OMISSOS):

11.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES:

12.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2 A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO:

13.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– FORO:

15.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Rio das Ostras para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

15.2 Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Rio das Ostras, XX de XXXXXXXXX de 2026.

.....
MARCIEL GONÇALVES DE JESUS NASCIMENTO
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS

.....
REPRESENTANTE
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-